

Governador Valadares, 16 de março de 2026.

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

REF.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Prezados Senhores

Em atendimento ao requerido na Resolução BCB nº 2 de 2020, e demais normas vinculadas a empresa Opção Administradora de Consórcio Ltda., inscrita sob o nº 20.919.916/0001-57 vem por meio desta disponibilizar as seguintes informações:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração do Resultado;
- III. Demonstração do Resultado Abrangente;
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VI. Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VII. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios.

Elas seguem acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, bem como do relatório da auditoria independente

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados, para acesso público, no site da Administradora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.

Sem mais.

José Luis Ciatti

Opção Administradora de Consórcio.

Contador

CRC MG 053.259/OI-1

CPF 620.688.496/15



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Opção Administradora de Consórcio Ltda

**Relatório do Auditor Independente
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

RC/SP006/2026



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 4
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 8
PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO 9
BALANÇO PATRIMONIAL, 10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 11
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, 15
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO, 16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS, 17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024, 18



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Sócios da
OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Caratinga – MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **OPÇÃO Administradora de Consórcio LTDA.** (administradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OPÇÃO Administradora de Consórcios LTDA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

▪ Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços

A Administradora não reconheceu as receitas de taxa de administração de acordo com a Resolução BCB Nº 120/2021 do Banco Central em razão de não haver ainda no mercado um software adequado para apurar suas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, possíveis perdas sobre os saldos a receber de inadimplentes e também não divulgou os impactos das perdas de valores a receber de clientes classificados como instrumentos financeiros. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2025, conteve a mesma ressalva.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas



na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 27 de março de 2025, continha a ressalva acima mencionada quanto a não adoção do CPC 47 e parágrafo de ênfase quanto a continuidade operacional da Administradora.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração, bem como o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



IRMÃOS CAMPOS&CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2 SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1 SP 079.347/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos

Cotistas, consorciados, funcionários e parceiros

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações contábeis do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, das consolidadas dos recursos de consórcios e das consolidadas das variações das disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis, o relatório dos auditores independentes e principais fatos administrativos do período.

Atualmente, a Opção Administradora de Consórcios Ltda. possui 12 grupos em andamento, com 3.440 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do semestre 129 bens, e no exercício 287 bens. Ainda no referido semestre, registrou um Lucro Líquido de **R\$ 514.660,25** (Quinhentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta reais e dez centavos), já no exercício o lucro líquido foi de **R\$ 626.563,10** (seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos) e Patrimônio Líquido de **R\$ 1.160.034,16** (Um milhão, cento e sessenta mil, trinta e quatro reais e dezesseis centavos), Ativos Totais de **R\$ 1.492.314,44** (Um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos) e registrou no 2º semestre de 2025 Receita Bruta de **R\$ 3.114.245,44** (Três milhões, cento e quatorze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), já no exercício de 2025 alcançou a Receita Bruta de **R\$ 5.436.424,65** (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

Quando analisados os exercícios de 2024 e 2025, a receita bruta, em termos contábeis saltou mais de 21%, atingindo R\$ 5,3 milhões. Em 2024, o prejuízo do período era de R\$445,9 mil. Saltou para um lucro de R\$626,5 mil. Isso superou as expectativas da Administração, considerando que a ideia era ao menos obter algum lucro em 2025, zerando prejuízos em exercício.

A Diretoria projetada a continuidade das operações sobre o prisma de uma receita bruta superior a R\$ 8 milhões, e com novo recorde histórico de vendas para 2026. E um lucro líquido da ordem de R\$ 2,4 milhões.

Em se tratando dos ajustes para cumprimento da Resolução 517/2025 do Banco Central, considerando a necessidade projetada de R\$5,6 milhões (total até o prazo final de ajuste da referida resolução), e os checkpoints semestrais de cumprimento, entendermos ser possível cumprir os patamares previstos na Resolução Conjunta 14/2025.

Orçamento 2026 – Projeção com Sazonalidade 2025 (Receita Livre | PLA – Res. 517/2025 BACEN)

Mês	Receita Bruta	Despesas Totais	Lucro Líquido	PLA Acumulado
jan/26 ✓	719.922,77	490.602,38	229.320,39	1.451.721,04
fev/26 ✓	680.287,92	506.881,42	173.406,50	1.625.127,04
mar/26	698.483,51	529.910,72	168.572,78	1.793.699,82
abr/26	627.498,98	527.120,25	100.378,74	1.894.078,56
mai/26	610.911,76	527.120,25	83.791,51	1.977.870,07
jun/26	788.332,50	500.268,41	288.064,09	2.265.934,16
jul/26	699.619,55	493.598,45	206.021,09	2.471.955,25
ago/26	747.164,40	493.598,45	253.565,94	2.725.521,19
set/26	771.199,76	498.287,35	272.912,41	2.998.433,61
out/26	795.872,17	493.598,45	302.273,71	3.300.707,32
nov/26	654.851,13	461.729,75	193.121,37	3.493.828,70
dez/26	607.169,76	462.186,92	144.982,84	3.638.811,54
TOTAL	8.401.314,21	5.984.902,80	2.416.411,37	-

✓ Dados realizados (DREs jan/26 e fev/26). Projeção mar–dez/26: média mensal de receita (R\$ 700.110,35) e de despesas (R\$ 498.741,90) apuradas em jan/fev, multiplicadas por 10 meses e distribuídas nas proporções sazonais de 2025 (receitas e despesas, respectivamente). Receita total projetada: R\$ 8.401.314,21. Lucro líquido apurado: R\$ 2.416.411,37. PLA = Patrimônio Líquido Ajustado acumulado – Res. 517/2025 BACEN. Meta mínima até 31/12/2026: R\$ 1.400.000,00 (25% de R\$ 5.600.000,00) — PLA projetado dez/26: R\$ 3.638.811,54.

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos funcionários e colaboradores pela confiança e credibilidade que nos foi depositada.

A ADMINISTRAÇÃO.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Para atender as exigências da Resolução BCB Nº 120, que dispõe sobre observância ao CPC 47, os processos de migração terão início em janeiro de 2026, após período de testes da Software House em seus sistemas durante o ano de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO.

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>NOTAS</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>NOTAS</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVO CIRCULANTE		273	119	PASSIVO CIRCULANTE		332	698
Instrumentos financeiros	5	234	-	Fornecedores		123	210
Contas a Receber		-	4	Empréstimos e Financiamentos	9	-	333
Impostos a compensar		-	6	Obrigações Trabalhistas	10	69	79
Adiantamentos		32	49	Encargos Sociais	11	25	31
Outros créditos	6	7	60	Impostos e contribuições a recolher	13	67	34
				Impostos e contribuições sobre o lucro	12	37	-
				Outros débitos		11	11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.219	1.113				
Outros créditos	6	783	663				
Permanente				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	1.160	533
Investimentos	7	400	400	Capital Social		1.900	1.900
Imobilizado	8	36	50	Reserva de retenção de lucros		(740)	(1.367)
TOTAL DO ATIVO		1.492	1.232	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.492	1.232

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre	Exercícios	
		2025	2025	2024
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-	32
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	-	32
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		677	789	(489)
Receitas de prestação de serviços	17	3.114	5.436	4.282
Despesas com pessoal	18	(369)	(721)	(792)
Despesas administrativas	19	(1.778)	(3.413)	(3.713)
Despesas tributárias	20	(314)	(540)	(423)
Outras Despesas Tributárias		-	(7)	(19)
Despesas com depreciação e amortização		(6)	(11)	(10)
Outras receitas operacionais		30	45	186
RESULTADO OPERACIONAL		677	789	(457)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	11
Receitas não operacionais diversas		-	-	11
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO		677	789	(446)
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(162)	(162)	-
Provisão para Imposto de Renda	12	(113)	(113)	-
Provisão para Contribuição Social	12	(49)	(49)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		515	627	(446)
LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL		0,27	0,33	(0,23)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2025	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	515	627	(446)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	515	627	(446)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>	<u>TOTAL</u>
SEMESTRE				
Saldos em 01 de Julho de 2025	1.900	(1.255)	-	645
Lucro do período	-	-	515	515
Transferência de saldos	-	515	(515)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	1.900	(740)	-	1.160
EXERCÍCIO				
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	1.400	(921)	-	479
Aumento de Capital	500			500
Prejuízo do período			(446)	(446)
Transferência de saldos		(446)	446	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	1.900	(1.367)	-	533
Lucro do período			627	627
Transferência de saldos		627	(627)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.900	(740)	-	1.160

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2025	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do período	515	627	(446)
Valores que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização	6	11	11
Resultado na baixa do ativo imobilizado	14	14	7
Caixa antes das Mutações do Capital de Giro	535	652	(428)
Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes			
Taxa de administração a receber	-	4	13
Imposto de renda a compensar	6	6	
Adiantamentos	(20)	17	(202)
Outros Créditos	(385)	(66)	(295)
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes			
Fornecedores	69	(88)	177
Obrigações trabalhistas	(13)	(10)	29
Impostos e Contribuições sociais	2	(6)	5
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	37	37	-
Impostos e Contribuições a recolher	25	33	(6)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	256	579	(707)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições do ativo imobilizado	(22)	(12)	(27)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(22)	(12)	(27)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Adiantamento para aumento de capital	-	-	500
Empréstimos e financiamentos	-	(333)	(267)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(333)	233
AUMENTO DE CAIXA LÍQUIDO	234	234	(501)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES	234	234	(501)
Disponibilidades no início do período	-	-	501
Disponibilidades no final do período	234	234	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		20.003	19.617	CIRCULANTE		20.003	19.617
Disponibilidades		5.851	6.263	Obrigações com consorciados	4.5		
Depósitos bancários		1	676	Grupos em formação		-	12
Aplicações financeiras	4.1	945	609	Recebimentos não identificados		10	25
Aplicações vinculadas a contemplações	4.1	4.905	4.978	Contribuições de consorciados não contemplados		10.876	10.094
				Valores a repassar	4.6	345	369
Direitos junto a consorciados contemplados		14.152	13.354	Obrigações contemplações a entregar	4.7	4.905	4.966
Normais	4.2	13.779	12.890	Recursos a devolver a consorciados	4.8	2.295	2.612
Em atraso		170	142	Recursos do Grupo	4.9	1.572	1.539
Em cobrança judicial		203	322				
				COMPENSAÇÃO	4.10	112.864	87.825
COMPENSAÇÃO	4.10	112.864	87.825	Recursos mensais a receber		1.336	1.251
Previsão mensal recursos a receber	4.3	1.336	1.251	Obrigações do grupo por contribuição		57.646	45.130
Contribuições devidas ao grupo		57.646	45.130	Créditos a disposição consorciado		53.882	41.444
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4.4	53.882	41.444				
TOTAL DO ATIVO		132.867	107.442	TOTAL DO PASSIVO		132.867	107.442

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2025	2025	2024
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.456	6.264	5.997
Depósitos bancários	2	676	50
Aplicações financeiras	959	621	1.119
Aplicações vinculadas a contemplações	4.494	4.967	4.828
RECURSOS COLETADOS	16.216	29.992	26.280
Contribuições Aquisição de bens	12.416	23.135	20.609
Taxa Administração	2.997	5.274	3.967
Contribuições Fundo de Reserva	194	366	344
Rend. Aplicações Financeira	306	609	506
Multas e juros moratórios	62	125	116
Prêmios de seguros	133	304	446
Custas judiciais	8	22	-
Outros	100	157	292
RECURSOS UTILIZADOS	(15.821)	(30.405)	(26.013)
Aquisição de bens	(11.950)	(23.364)	(20.309)
Taxa de Administração	(3.047)	(5.355)	(3.977)
Multas e Juros Moratórios	(31)	(63)	(59)
Prêmios de Seguros	(133)	(304)	(448)
Custas Judiciais	(6)	(32)	-
Consoiciados Desligados - Pagamentos	(361)	(821)	(575)
Outros	(293)	(467)	(645)
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	5.851	5.851	6.264
Depósitos bancários	1	1	676
Aplicações financeiras	945	945	621
Aplicações vinculadas a contemplações	4.905	4.905	4.967
Recursos de Grupos em Formação	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E DE 2024**

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Administradora, quando aplicável, com exceção a Resolução BCB nº 120 no item 2b: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Em 10 de outubro de 2025 foi aprovado o CPC 51 -Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, em correlação com o IFRS 19 emitido pelo IASB , revogando o CPC 26(R), que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A vigência deste Pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte do seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

Em 03 de novembro de 2025 foram publicadas a Resolução BCB nº 517 e a Resolução Conjunta BCB nº 14, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre a metodologia de apuração do limite mínimo de R\$ 5.600 Mil de capital

social integralizado e do patrimônio líquido para integralização de 25% por semestre, a partir de dezembro de 2026, e se estendendo a junho de 2028.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

As políticas contábeis adotadas pela administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela opção para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários O Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente

do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos da Administradora são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários (Nota 5). A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar".

3.4. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.5. Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

3.6. Investimentos

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

3.7. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

3.8. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

3.10. Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

3.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

3.12. Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.13. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da administradora é o Real.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1. Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró rata dia.

4.2. Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

4.3. Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2026. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2025.

4.4. Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

4.5. Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores

recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados – valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

4.6. Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

4.7. Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

4.8. Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

4.9. Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

4.10. Compensação

Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

Contribuições Devidas ao Grupo e Suas Obrigações de Grupo por Contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados – Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 143 Mil, (em 31/12/2025) e R\$ 122 mil (em 31/12/2024).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	234	-
	<u> </u>	<u> </u>

Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras da administradora são compostas por fundos cujos títulos são mantidos até o vencimento, sem intenção de negociação, o objetivo de tais operações são exclusivamente para fluxo de caixa, e, como já citado, podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a administradora.

Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos: Em virtude da não adoção da Resolução BCB nº 120/2021 (objeto de ressalva no Relatório do auditor independente) por não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, não é possível mensurar os impactos estimados da provisão para perdas, cabe ressaltar que atualmente a administradora escritura sua receita pelo regime de caixa, neste cenário os consorciados inadimplentes são ajuizados a depender do tempo e percentual de atraso, e em último caso há a apreensão do bem e tentativa de venda com a finalidade de abater o valor do saldo devedor.

Nos casos em que há o encerramento do grupo com consorciados ajuizados, o montante é transferido para as contas de compensação da administradora e, a depender da relevância, a cobrança segue sendo realizada. Se, no momento do encerramento houver necessidade, a administradora deve realizar aporte para cobrir possíveis prejuízos no grupo causado pela inadimplência.

NOTA 6. OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA	7	7
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	-	53
	<u>7</u>	<u>60</u>

LONGO PRAZO	31/12/2025	31/12/2024
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	783	663
	783	663

NOTA 7. INVESTIMENTOS

	31/12/2025	31/12/2024
TERRENOS DE NÃO USO	194	194
EDIFICAÇÕES	206	206
	400	400

NOTA 8. IMOBILIZADO

	31/12/2025		31/12/2024	
	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO	SALDO LÍQUIDO
COTAS DE CONSÓRCIO	9	-	9	22
MOBILIÁRIO	12	(7)	5	8
COMPUT. E PERI.	59	(37)	22	20
	80	(32)	36	50

	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			
	SALDOS EM 31/12/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDOS EM 31/12/2025
CUSTO AQUISIÇÃO				
COTAS DE CONSÓRCIO	23	18	(32)	9
MOBILIÁRIO	29	-	-	29
COMPUT. E PERI.	30	12	-	42
	82	30	(32)	80
(-) DEPRECIACÕES	(32)	(11)	-	(43)
	50	19	(32)	36

	MOVIMENTAÇÃO DO SEMESTRE			
	SALDOS EM 30/06/2025	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDOS EM 31/12/2025
CUSTO AQUISIÇÃO				
COTAS DE CONSÓRCIO	12	10	(13)	9
MOBILIÁRIO	29	-	-	29
COMPUT. E PERI.	30	12	-	42
	72	22	(13)	80
(-) DEPRECIACÕES	(37)	(7)	-	(44)
	35	15	(13)	36

NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CURTO PRAZO	31/12/2025	31/12/2024
CÉDULA DE CRÉDITO – BRADESCO	-	333
	-	333

NOTA 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
SALÁRIOS A PAGAR	39	37
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	30	42
	69	79

NOTA 11. ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS A PAGAR	15	18
FGTS A PAGAR	4	4
IRRF S/ FÉRIAS	6	9
	25	31

NOTA 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%. O saldo da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica a pagar no final do 2º semestre findo em 2025 é R\$ 37 mil.

	<u>2º SEMESTRE 2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ			
BASE CONTÁBIL	677	112	(446)
(+) ADIÇÕES	112	-	-
(-) EXCLUSÕES	(235)	(34)	-
(=) BASE PARA O IRPJ	554	78	(446)
(+) CALCULADO A 15%	82	12	-
(+) ADICIONAL DE 10%	31	2	-
(=) TOTAL DO IRPJ	113	14	-
(=) IMPOSTO DE RENDA - DESPESA	113	14	-
(-) ANTECIPAÇÕES	(78)	(8)	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	(8)	-	-
	27	6	-

	<u>2º SEMESTRE 2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
CSLL			
BASE CONTÁBIL	677	112	(446)
(+) ADIÇÕES	112	-	-
(-) EXCLUSÕES	(235)	(34)	-
(=) BASE PARA O CSLL	677	78	(446)
(+) CALCULADO A 9%	49	7	-
(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DESPESA	49	7	-
(-) ANTECIPAÇÕES	(39)	(5)	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	-	-	-
	10	2	-

IRPJ/CSLL – A RECOLHER	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ	27	-
CSLL	10	-
	37	-

NOTA 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

CURTO PRAZO	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
--------------------	-------------------	-------------------

Imposto sobre serviços	28	17
PIS	6	2
COFINS	26	11
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	3	3
RETENÇÃO CONFORME LEI 10.833/03	4	1
	67	34

NOTA 14. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

NOTA 15. PROVISÕES

Passivos Contingentes Prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos com risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025 montam o valor de R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2024).

Passivos Contingentes Possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos cíveis com risco de perda possíveis em 31 de dezembro de 2025, montam o valor de R\$ 104 mil (R\$ 100 mil em 31 de dezembro de 2024). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R\$ 1.900.000,00 (Um Milhão) e está representado por 1.900.000,00 (Um Milhão) cotas no valor de R\$ 1,00 cada;

NOTA 17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>2º SEMESTRE 2025</u>	<u>EXERCÍCIO</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>
TAXA ADMINISTRAÇÃO	3.114	5.436	4.282
	3.114	5.436	4.282

NOTA 18. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>2º SEMESTRE 2025</u>	<u>EXERCÍCIO</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>

CONSÓRCIO
Garantia

PESSOAL - BENEFÍCIOS	71	135	134
PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS	79	171	186
PESSOAL - PROVENTOS	219	415	472
	<u>369</u>	<u>721</u>	<u>792</u>

NOTA 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º SEMESTRE 2025	EXERCÍCIO	
		2025	2024
ÁGUA E LUZ	21	51	57
ALUGUÉIS	66	133	138
COMUNICAÇÕES	16	31	43
HONORÁRIOS	49	147	244
PROCESSAMENTO DE DADOS	248	506	404
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	37	45	155
SERVIÇOS TÉCNICOS	228	337	872
VIAGENS NO PAÍS	70	129	477
DESPESA DE MATERIAL	11	15	22
DESPESAS BANCÁRIAS	40	176	150
DESPESAS DE SERV. DE TERC.	978	1.821	1.093
OUTRAS DESPESAS ADMINIS.	14	22	48
	1.778	3.413	3.713

NOTA 20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2025	EXERCÍCIO	
		2025	2024
DESPESAS DE COFINS	131	222	203
DESPESAS DE PIS	29	49	101
DESPESAS DE ISS	154	269	119
TOTAL	314	540	423

NOTA 21. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte posição:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
QUANTIDADE DE GRUPOS EM ANDAMENTO	12	13
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	3.440	3.663
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO EXERCÍCIO	287	445
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES, ACUMULADO	2312	2.285
BENS PENDENTES DE ENTREGA ACIMA DE 30 DIAS	131	153
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCL. NO EXERCÍCIO	238	126
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS, ACUMULADO	1858	2.436
TAXA MÉDIA DE INADIMPLÊNCIA	16,99%	18,24%

NOTA 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

NOTA 23. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Em atendimento a Resolução BCB Nº 234/2022, e a Instrução Normativa Nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	2025	2024
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	645	855
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	3.144	2.308
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.629)	(2.630)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	1.160	533
(+) EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	322	698
(+) DISPONIBILIDADES	1	233
(+) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	945	1.274
(=) COMPROMETIMENTO	1.268	2.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO X 6	6.960	3.198
(=) LIMITE OPERACIONAL	6.960	3.198
SUFICIÊNCIA	5.692	993
MARGEM DE IMOBILIZAÇÃO	724	84

NOTA 24. REFORMA TRIBUTÁRIA

Através das Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, ocorreu o início da Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis do semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2025.

A Administradora permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

NOTA 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações financeiras.